

IMPACTOS DA CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 80 SOBRE O MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE*

Ana Lúcia Tatsch**

Considerações preliminares

Este estudo tem como objetivo apresentar e discutir alguns dos efeitos da crise econômica dos anos 80 (ênfatisando o período de agudização dessa, delimitado pelos anos 1981-83) sobre o mercado de trabalho, mais especificamente sobre as condições de vida e de trabalho da população ativa de um dado espaço regional, qual seja a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Essa região constitui um importante espaço urbano, e é nesse tipo de "locus" que o processo capitalista ocorre de forma intensiva. Além disso, abrange uma parcela significativa da População Economicamente Ativa (PEA) do Estado, cerca de 30,4% em 1980.

Para a fundamentação teórico-metodológica do estudo, buscou-se, inicialmente, sistematizar a relação entre crise e emprego em economias capitalistas periféricas, como a brasileira, estabelecendo a hipótese central de que, em períodos de crise econômica, ocorre uma deterioração do mercado de trabalho, evidenciada pela retração do setor formal, pelo aumento do desemprego aberto e pelo aumento da inserção precária no mercado de trabalho.

É fundamental ter-se claro que as economias subdesenvolvidas se caracterizam por ter um significativo contingente de sua força de tra-

* Este artigo busca ser tanto uma apresentação como uma síntese das principais idéias e conclusões da monografia apresentada pela autora como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Econômicas, sob a orientação do Professor Carlos Henrique Horn.

** Economista e Mestranda do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da UFRGS.

balho engajado no chamado setor informal da economia. Contingente este que, via de regra, subutiliza sua capacidade de trabalho e está associado à dinâmica do capital. Ou seja, o processo capitalista, ao expandir suas relações de produção e suas formas típicas de organização, cria, destrói e recria outras formas organizativas que não lhe são típicas e que compõem o setor informal da economia, subordinando-as, contudo, à lógica do capital. Dessa forma, a heterogeneidade do mercado de trabalho constitui-se em uma condição intrínseca ao processo de acumulação.

Esse processo de acumulação ocorrido no País, conjugado às características históricas de cada espaço, vai dar conformação à divisão social do trabalho em cada região sócio-econômica. Nesse contexto, a RMPA caracteriza-se por ser uma região com forte penetração das atividades capitalistas, o que resultou em uma divisão social do trabalho relativamente aprofundada. Essas características, por sua vez, são importantes na determinação de como se darão os ajustes do mercado de trabalho frente à crise.

As fases recessivas constituem-se em períodos relevantes para análise, uma vez que são nos mesmos que se exarcebam os problemas estruturais do mercado de trabalho. Nessas ocasiões, há uma evidente ampliação do número de indivíduos que não conseguem vender sua força de trabalho mesmo estando ativamente à procura de uma ocupação, isto é, ocorre um aumento do desemprego aberto. Na medida em que há uma retração das contratações acompanhada de uma ampliação das demissões no setor formal da economia, muitos trabalhadores são levados a engajar-se em atividades típicas do setor informal, dada a precariedade dos mecanismos institucionais de proteção ao trabalhador desempregado. Todavia não ocorre uma absorção automática dos trabalhadores junto ao setor informal, pois, nesses períodos de crise, não existe somente uma retração das atividades do setor formal, mas também uma retração do produto e da demanda do setor informal.

Acrescente-se ainda que, nos períodos de crise, se dá um agravamento das condições de vida e de trabalho dos que permanecem trabalhando. Esse fato acontece tanto no setor formal da economia como no informal. No setor formal, esse fato evidencia-se pelo aumento do número de ocupados sem carteira de trabalho assinada e, no setor informal, pela diminuição da renda média dos ocupados no setor, em função do crescimento do número de trabalhadores informais para uma demanda em queda na economia.

É a partir dessas colocações que se desenvolverá a análise dos aspectos significativos do processo de ajustamento do mercado de trabalho na RMPA, na primeira metade da década de 80 com ênfase no período de agravamento da crise, compreendido entre 1981 e 1983.

Emprego e crise: os dados da RMPA

Para a análise do comportamento do emprego/desemprego, na RMPA, no decorrer do período em foco, foram utilizadas duas principais fontes de dados: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Essas fontes objetivam fornecer informações sobre a situação sócio-econômica do País como um todo, assim como de seus estados e das seis principais regiões metropolitanas. Ambas são levantamentos realizados pelo IBGE.

Torna-se importante também, para verificar os ajustes do mercado de trabalho em face da crise, observar a evolução da PEA e da população ocupada (PO), assim como examinar a forma de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o que foi feito através da análise dos indicadores que medem o número de trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada pelo empregador e o número dos trabalhadores por conta própria.



A partir dos valores da Tabela 1, nota-se que tanto a PEA da RMPA como a PO cresceram no período de 1981 a 1985, apesar da crise econômica e da conseqüente retração das atividades produtivas.

Tabela 1

Condição de ocupação da População Economicamente
Ativa da RMPA — 1981-85

ANOS	PEA	PESSOAS OCUPADAS	PESSOAS DESOCUPADAS
1981	1 040 275	991 300	48 975
1982	1 077 115	1 026 890	50 225
1983	1 105 341	1 028 569	76 772
1984	1 127 878	1 065 642	62 236
1985	1 213 052	1 164 302	48 750

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/85: regiões metropolitanas (1983/86). Rio de Janeiro, IBGE.

Contudo o número de desempregados (pessoas procurando trabalho) também aumentou no período, apresentando flutuações, conforme se observa na mesma tabela. Esse número cresceu consideravelmente nos anos de 1981 a 1983, atingindo, neste último, os valores mais elevados. A partir de 1984, o nível de desemprego tende a declinar, sem deixar, no entanto, de ser elevado frente às taxas históricas, demonstradas adiante.

Enquanto, no período 1981-83, a PEA cresceu a uma taxa de 2,04% ao ano, o número de pessoas ocupadas no mesmo período aumentou somente a uma taxa de 1,24% ao ano. Esse período, que compreende os anos de 1981 a 1983, representa a fase de agudização da crise. Já no período 1983-85, quando ocorreu uma recuperação econômica, a PEA cresceu a uma taxa de 4,76% ao ano, ao passo que o número de pessoas ocupadas cresceu a uma taxa de 6,40% ao ano.

Porém, ao considerar-se o número de ocupados na RMPA, constata-se que um contingente significativo de pessoas está realizando atividades que não se incluem no setor formalizado. Ao se analisarem os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a qual fornece levantamentos referentes à situação do emprego no mercado formal de trabalho, observa-se que, em 1981, apenas 798.044, de um total de 991.300 ocupados, estavam inseridos no setor formal. Em 1982, esse número caiu para 784.041 e, em 1983, atingiu o valor de 804.193 empregos (METROPLAN, 1988, p.139). Todavia, comparando-se esses valores com aqueles fornecidos pela Tabela 1 referentes à população ocupada, globalmente considerada, pode-se estimar que, em 1981, se encontravam ocupados no setor informal cerca de 193.256 indivíduos; em 1982, esse número eleva-se para 242.849 pessoas; e, em 1983, fica em torno dos 224.376 indivíduos.¹ Constata-se, então, que uma parcela significativa do contingente da força de trabalho ocupada está inserida de forma precária no mercado de trabalho. Isto é, em relações de trabalho ou atividades que implicam graus de subutilização da força de trabalho e/ou deficiente amparo legal.

¹ Uma forma de estimar o setor informal da economia é comparando-se os dados da RAIS - mercado formal - com os fornecidos pela PNAD - PEA total. O critério consiste em subtrair do total de trabalhadores levantados pela PNAD o número de empregados do setor formal, conforme a RAIS. O número resultante pode ser considerado uma aproximação do mercado de trabalho informal, embora superestimada em algum grau, porque a RAIS não abarca todo o mercado formal de trabalho. Deve-se ter presente, também, que a unidade de análise das duas pesquisas não é a mesma, pois a PNAD considera o número de pessoas empregadas, e a RAIS leva em conta o número de empregos.

Quanto à situação do desemprego, a Tabela 2 apresenta as taxas mensais de desemprego aberto para o período abr./82-dez./85, representando o número de desempregados na PEA. Ressalte-se que os anos de 1980 e 1981 não foram levados em conta por problemas de incompatibilidade de metodologia dos dados disponíveis.² Para fins de comparação com os dados do período analisado, utilizar-se-á como parâmetro a taxa histórica de desemprego aberto, levantada pelo Censo Demográfico, que gira em torno de 2% da PEA³. Esse percentual utilizado para comparações torna-se necessário à medida que a série histórica dos dados inicia no ano de 1982, o qual marca um período de agravamento da crise e não o início dela.

Os dados da Tabela 2 mostram que, entre abril de 1982 e o primeiro semestre de 1984, a taxa de desemprego aberto aumentou consideravelmente.⁴ Em 1982, esse percentual girou em torno dos 5%, atingindo, no primeiro semestre de 1984, algo ao redor de 8% do total da PEA. Somente a partir do segundo semestre de 1984, o nível de desemprego começou a declinar; contudo permaneceu elevado, ao se comparar com a taxa histórica de 2%.

Com base nesses dados, vê-se que a elevação da taxa de desemprego aberto nos períodos de crise aparece como um aspecto significativo do processo de ajustamento do mercado de trabalho. Contudo esse indicador parece manter-se em patamares bastante baixos relativamente à intensidade da retração econômica.

² O ano de 1980 foi levantado pelo Censo Demográfico, porém, devido a questões metodológicas, não é recomendável combinar esse dado com aqueles desenvolvidos pela PNAD e pela PME para compor uma série histórica. O ano de 1981, por sua vez, não foi utilizado porque a PME sofreu alterações metodológicas a partir de abril de 1982, prejudicando a série histórica de dados. A principal alteração metodológica refere-se aos desempregados. A partir de 1982, todos aqueles que não tomaram uma providência efetiva, na semana de referência, para encontrar um emprego foram considerados inativos. Maiores informações quanto a essas mudanças de metodologia podem ser encontradas em Jorge, A.F. et alii (1983).

³ Em 1970, 2,47% da PEA encontrava-se desempregada; em 1980, esse percentual atinge 1,85% do total da mesma (METROPLAN, 1988, p.127).

⁴ O declínio do nível de desemprego aberto nos últimos meses do ano, assim como a sua elevação nos meses iniciais dizem respeito a um comportamento sazonal esperado, influenciado por certas características da economia brasileira.

Dessa forma, a análise da variação mês a mês pode dar a impressão de que há uma tendência à diminuição do nível de desemprego no decorrer de um mesmo exercício, quando, na verdade, a queda do nível pode ser atribuída a um efeito sazonal.

Para contornar esse problema, devem ser comparadas as taxas de cada mês com a do mesmo mês de outros anos, verificando, assim, a sua variação efetiva.

Tabela 2

Taxa de desemprego aberto na RMPA — 1982-85

(%)				
MESES	1982	1983	1984	1985
Jan.	-	5,45	6,28	5,50
Fev.	-	5,83	7,37	5,36
Mar.	-	6,99	9,02	6,57
Abr.	5,95	7,08	8,19	6,15
Maio	5,22	7,38	8,56	6,46
Jun.	4,79	6,85	7,91	6,05
Jul.	5,09	7,17	7,51	5,93
Ago.	5,55	7,79	7,04	5,58
Set.	5,01	7,32	6,06	5,23
Out.	4,64	7,14	6,06	4,26
Nov.	4,18	6,22	5,36	3,93
Dez.	3,57	5,52	4,34	3,47

FONTE: INDICADORES IBGE (1986). Rio de Janeiro, IBGE, v.5, n.1, jan.86.

NOTA: A taxa de desemprego aberto refere-se a pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Sinteticamente, pode-se dizer que esse comportamento das taxas de desemprego aberto está associado a três relevantes impropriedades que colaboram para a subestimação do nível de desemprego da força de trabalho. Em primeiro lugar, ao considerar como desempregados somente aqueles indivíduos que efetivamente tomaram alguma providência na semana de referência, as pesquisas do IBGE acabam por excluir da PEA e incluir na categoria "inativos" muitos desempregados que desejariam empregar-se, mas que, por algum motivo, desistiram de procurar um trabalho — os chamados "desalentados". Em segundo lugar, o IBGE considera como pertencentes à PEA, na categoria de ocupados, aqueles indivíduos que, na realidade, estão realizando atividades instáveis e mal remuneradas, em geral pertencentes ao setor informal. Em terceiro e último lugar, é importante citar o reduzido tempo de referência da pesquisa — uma semana —, fator que acaba por diminuir razoavelmente o número de pessoas procurando emprego.

Levando em conta essas colocações quanto aos problemas metodológicos inerentes à mensuração da taxa de desemprego aberto, constata-se que esse indicador não é suficiente para captar a real problemática do desemprego. Faz-se necessário, então, combinar essas taxas com outros indicadores também levantados pelo IBGE. Para tanto, construiu-se, na Tabela 3, um indicador de desemprego apurado a partir do somatório da taxa de desemprego aberto com as taxas dos trabalhadores por conta própria sem rendimentos mais os conta-própria com rendimento inferior a um salário mínimo. Acredita-se que esse critério permite uma melhor aproximação do que seria o número real de desempregados na PEA, no período. A utilização desses indicadores está baseada na hipótese, bastante provável, de que a maior parte desses trabalhadores por conta própria ou realiza tarefas precárias de modo intermitente e, ao mesmo tempo, procura trabalho, ou faz parte do contingente de "desalentados". Nos dois casos, parece mais correto considerá-los como desempregados.

Tabela 3

Indicador de desemprego na RMPA — 1982-85

(%)

MESES	1982	1983	1984	1985
Jan.	-	10,83	12,32	12,22
Fev.	-	11,00	13,71	11,96
Mar.	-	12,16	16,03	13,44
Abr.	-	11,91	14,80	12,69
Mai	10,61	12,28	15,03	12,29
Jun.	11,63	13,38	16,46	14,26
Jul.	12,08	12,94	15,40	13,98
Ago.	12,20	13,80	14,83	13,46
Set.	10,98	12,76	13,45	12,14
Out.	10,30	12,27	12,69	10,54
Nov.	9,96	11,54	11,85	9,67
Dez.	10,24	12,45	12,70	10,82

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDICADORES IBGE (1986). Rio de Janeiro, IBGE, v.5, n.1, jan.86.

NOTA: O indicador de desemprego representa o somatório da taxa de desemprego aberto com as taxas dos conta-própria sem rendimento e dos conta-própria com um rendimento inferior a um salário mínimo mensal.

Comparando-se essas taxas, que oscilaram em torno de 11% em 1982, 12% em 1983 e 14% em 1984, com aquelas da Tabela 2, vê-se que, ao se somarem as categorias de conta-própria sem rendimento e com rendimento inferior a um salário mínimo ao desemprego aberto, o indicador de desemprego atinge níveis bem mais elevados do que os da taxa convencional.

Ao tomar-se como exemplo o percentual expresso na Tabela 3 para o mês de junho de 1982, tendo presente que a PEA estimada para a RMPA, no período, era de 1.056.284 pessoas, conclui-se que nada menos do que 122.846 pessoas encontravam-se, de fato, em condições de desemprego. Se apenas a taxa de desemprego aberto fosse levada em consideração, esse número cairia para 51.674, dando uma visão distorcida da magnitude do problema do desemprego.

Agora, comparando-se esses valores com os estimados para o mesmo mês de 1984, quando a PEA era de 1.126.411 indivíduos, constata-se, levando em conta o indicador da Tabela 3, que o número de desempregados chega a 185.407 pessoas do total da PEA. Se fosse considerada apenas a taxa de desemprego aberto, expressa na Tabela 2, esse número diminuiria para 90.020 pessoas.

Observa-se, então, que, além de ter havido um significativo aumento dos níveis de desemprego aberto a partir de 1982 até o primeiro semestre de 1984, estes, na realidade, atingiram patamares bem mais elevados do que os divulgados pela taxa de desemprego aberto do IBGE, isoladamente considerada.

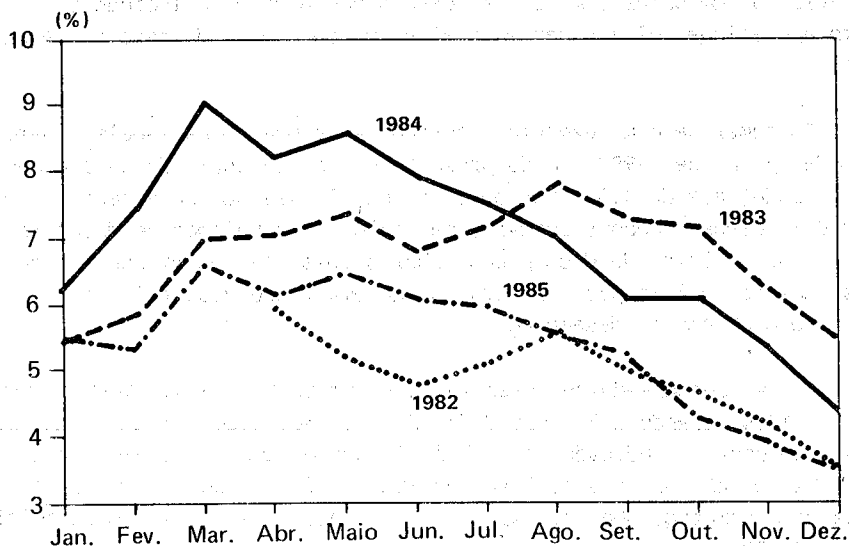
Ressalte-se que mesmo as taxas indicadas pela Tabela 3 ainda se encontram subestimadas, pois a PME não considera como desempregados aqueles indivíduos que desistiram de procurar trabalho (os "desalentados") e desconsidera também os que, mesmo estando à procura de um emprego, não tomaram nenhuma providência específica na semana de referência. Em ambos os casos, esses indivíduos são considerados como inativos.

Os Gráficos 1 e 2, criados a partir das Tabelas 2 e 3 respectivamente, permitem visualizar melhor o comportamento do nível de desemprego na RMPA, ao longo do período 1982-85.

Nota-se que, de uma maneira geral, o comportamento dos dois indicadores se assemelha. A diferença evidente consiste nos patamares alcançados pelo indicador de desemprego expresso no Gráfico 2, que atinge percentuais bem mais altos do que os revelados pela taxa de desemprego aberto.

GRÁFICO 1

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO NA RMPA – 1982-85



FONTE: Tabela 2.

Outro indicador importante que permite analisar os ajustes do mercado de trabalho durante o período de crise econômica é a taxa de desemprego aberto das pessoas que já trabalharam.

Observa-se, comparando-se o mesmo mês de cada ano, que o número de pessoas desocupadas no período de agravamento da crise que já haviam trabalhado antes aumentou consideravelmente. Em 1982, esse indicador oscilava em torno de 4%, chegando a ficar em cerca de 7% da PEA no primeiro semestre de 1984. Esses valores tornam-se mais alarmantes quando se leva em conta que, no ano de 1970, esse indicador atingia somente 0,18% do total da PEA no Estado⁵. O desemprego aberto, além de

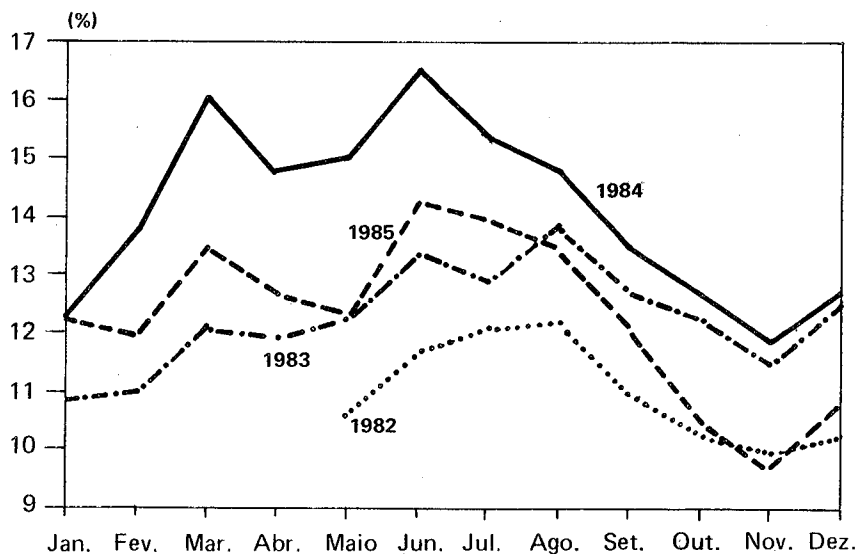
⁵ De acordo com o Censo Demográfico de 1970, a PEA, para esse mesmo ano, era de 2.268.935 indivíduos. O número de desempregados era de 18.556 indivíduos, destes, 14.541 procuravam emprego pela primeira vez, e 4.015 já tinham trabalhado antes.

mais baixo, estava, portanto, associado à busca de trabalho pelos novos integrantes da PEA, que ingressam no mercado de trabalho a cada ano. A crise altera, então, o perfil dos desempregados, atingindo de forma preponderante os que já tinham um trabalho anterior.

Se a análise do desemprego revela que a crise agrava as condições de vida da população trabalhadora pelo aumento dos níveis de desemprego e pela mudança no perfil dos desempregados, seus efeitos atingem também a população ocupada.

GRÁFICO 2

INDICADOR DE DESEMPREGO NA RMPA – 1982-85



FONTE: Tabela 3.

Tabela 4

Taxa de desemprego aberto das pessoas que já trabalharam
da RMPA — 1982-85

				(%)
MESES	1982	1983	1984	1985
Jan.	-	4,91	5,75	5,02
Fev.	-	5,32	6,67	4,83
Mar.	-	6,23	8,06	5,75
Abr.	5,24	6,33	7,29	5,41
Mai	4,64	6,77	7,63	5,64
Jun.	4,32	6,30	7,18	5,36
Jul.	4,62	6,61	6,80	5,32
Ago.	4,96	7,14	6,27	4,98
Set.	4,53	6,71	5,44	4,70
Out.	4,30	6,46	5,50	3,81
Nov.	3,79	5,63	4,88	3,41
Dez.	3,20	4,89	3,83	3,14

FONTE: INDICADORES IBGE (1986). Rio de Janeiro, IBGE, v.5, n.1, jan.86.

NOTA: A taxa de desemprego aberto das pessoas que já trabalharam refere-se às pessoas desocupadas que trabalharam anteriormente em relação às pessoas economicamente ativas.

Esse aspecto pode ser observado através da análise dos dados da Tabela 5, que revelam o número de empregados que possuem ou não carteira de trabalho assinada pelo empregador na RMPA, no período 1981-85. Esses dados podem fornecer subsídios para a análise de como se dá a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, no período de crise econômica.

A leitura da Tabela 5 indica, de fato, que houve um aumento da inserção precária no mercado de trabalho, no período de crise. O número dos empregados que não possuíam carteira de trabalho assinada elevou-se entre 1981 e 1985. Em 1981, esse contingente era de 153.916

pessoas, chegando a 198.679 indivíduos em 1984. Ou seja, o número de trabalhadores sem carteira assinada, que em 1981 representavam 20% do total dos empregados, ampliou-se para um percentual de 24% em 1984.

Esse indicador revela que um número elevado de empregados, no período de crise, não possuía o vínculo legal representado pela carteira assinada, podendo estar inserido tanto no setor formal como ocupado no setor informal da economia, sendo que qualquer das duas situações evidência o aumento de vínculos precários nas relações de trabalho.

Tabela 5

Número de empregados no trabalho principal, por carteira assinada pelo empregador, na RMPA — 1981-85

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985
Total	771 226	808 369	784 929	824 862	888 337
Possuíam carteira					
assinada	616 765	642 045	614 705	626 183	682 055
Não possuíam car-					
teira assinada ...	153 916	166 324	170 224	198 679	206 282
Sem declaração	545	-	-	-	-

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/85: regiões metropolitanas (1983/86). Rio de Janeiro, IBGE.

Ainda sob a ótica da população ocupada, é importante analisar a distribuição dos ocupados por posição na ocupação, conforme se apresenta na Tabela 6.

O conjunto de ocupados na RMPA é composto majoritariamente por empregados em todo o período de análise. Esse aspecto é confirmado pelas taxas de participação do período de agravamento da crise, quando, em 1981, os empregados representavam 79% do total da PEA e, em 1983, 77% desse total. Em segundo lugar, ficaram os trabalhadores por conta própria, que, em 1981 e 1983, representavam 17% e 19% do total respectivamente. Seguem-se, então, os empregadores, com 4% do total, tanto em 1981 como em 1983.

Tabela 6

População ocupada, por posição na ocupação, na RMPA — 1981-85

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985
Total	976 468	1 012 349	1 012 398	1 049 140	1 147 911
Empregado	770 789	807 008	783 762	824 641	886 860
Conta-própria	170 542	169 638	188 645	183 319	215 381
Empregador	35 137	35 703	39 991	41 180	45 670
Sem declaração	-	-	-	-	-

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981/85: regiões metropolitanas (1983/86).
Rio de Janeiro, IBGE.

A Tabela 7 mostra as taxas de crescimento do número de ocupados por posição na ocupação, facilitando a análise da distribuição dos ocupados no período de crise.

Tabela 7

Taxa anual de crescimento da população ocupada,
por posição na ocupação, na RMPA — 1981-85

DISCRIMINAÇÃO	1981-83	1983-85	1981-85 (%)
Total	1,82	6,48	4,93
Empregados	0,84	6,37	3,57
Conta-própria	5,17	6,85	6,09
Empregadores	6,68	6,86	6,77
Sem declaração	-	-	-

FONTE: Tabela 6.

Observa-se que os empregados, no período de agravamento da crise, cresceram a uma taxa relativamente baixa, de 0,84%. Em contrapartida, as taxas de crescimento dos conta-própria e dos empregadores, no mesmo período, são bastante elevadas (5,17% e 6,68% respectivamente). Ao compararem-se essas taxas com aquelas demonstradas pelo Censo Demográfico para o Rio Grande do Sul nas décadas de 60 e 70, quando os empregados em atividades não agrícolas cresceram a uma taxa de 4,85% e 6,41% respectivamente, vê-se que, nos períodos de recessão econômica, ocorre uma retração do número dos trabalhadores na categoria empregados, refletindo uma forte rejeição de força de trabalho em momentos de crise. Ao contrário, trabalhadores por conta própria crescem em tais momentos a taxas elevadas, expressando a necessidade de sobrevivência daqueles desalojados de suas posições anteriores ou daqueles que não conseguiram uma ocupação no setor formalizado da economia.

Ressalte-se que, no período 1983-85, quando se iniciou uma fase de recuperação econômica, a taxa de crescimento dos empregados aumentou expressivamente, isto é, os empregados cresceram a 6,37% ao ano; contudo os conta-própria não deixaram de crescer a uma taxa elevada, de 6,85%. Evidencia-se, dessa forma, que a recuperação econômica se dá sob moldes capitalistas, via assalariamento, sem deixarem, no entanto, de permanecer os problemas estruturais.

Em suma, a deterioração do mercado de trabalho que ocorre no período de crise manifesta-se ou pelo aumento do desemprego ou pela criação de empregos que implicam uma inserção precária, quer pela informalização, quer pela precariedade da proteção legal ao trabalhador.

Considerações finais

As análises precedentes permitem concluir que, na RMPA, no período de agravamento da crise econômica, ocorreu uma elevação considerável do número de desempregados, ainda mais quando se leva em conta o indicador de desemprego construído a partir da soma da taxa de desemprego com aquelas dos trabalhadores por conta própria sem rendimento e com rendimento inferior a um salário mínimo. Além disso, viu-se que, em períodos de crise, há uma mudança no perfil dos desempregados, pois esses passam a compreender principalmente aqueles indivíduos que já haviam trabalhado antes e não primordialmente os ingressantes no mercado de trabalho.

Quanto à população que continua ocupada, nota-se que ocorre um processo de informalização, isto é, muitas pessoas, ou por serem demi-

tidas do setor formal, ou por não encontrarem um emprego nesse setor, passam a realizar atividades de baixa produtividade, engajadas, via de regra, no setor informal da economia.

Isso pode ser evidenciado pela análise da distribuição dos ocupados por posição na ocupação, que revela um maior crescimento do número de trabalhadores por conta própria — figura típica do setor informal — "vis-à-vis" os empregados. Além disso, as condições de vida e trabalho vêm-se agravadas também pelo lado dos que permanecem trabalhando, o que se evidencia pelo aumento significativo do número de trabalhadores sem vínculo legal de trabalho (carteira assinada), deixando o trabalhador sem o amparo que a legislação trabalhista e previdenciária lhe garante.

Acredita-se, levando em conta esses impactos da crise no mercado de trabalho, que a retomada do crescimento econômico por si só não é suficiente para resolver os problemas referentes ao emprego. Entende-se que somente a expansão econômica conjugada a políticas sociais e de emprego específicas, como a adequada criação de postos de trabalho e de mecanismos que garantam a sobrevivência do trabalhador desempregado, poderão amenizar os problemas estruturais do mercado de trabalho.

Bibliografia

AZEVEDO, Beatriz R. Lago de (1984). Algumas questões em torno da produção não capitalista urbana. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(2):25-37.

— (1985). **A produção não capitalista: uma discussão teórica**. Porto Alegre, FEE. (Teses 10).

— (1984). Setor informal e formas de participação na produção. **Ensaio FEE**: Porto Alegre, 4(2): 185-194.

AZEVEDO, Beatriz R. Lago de et alii (1985). **O emprego no Rio Grande do Sul**: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre, FEE.

— (1983). Indicadores de emprego e desemprego: uma avaliação das fontes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):111-150.

- CACCIAMALI, Maria Cristina (1988a). A estrutura regional do emprego no Brasil ao longo da primeira metade da década de 80: tendências a maior assalariamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, ANPEC, p. 347-366.
- ___ (1988c). **Mudanças estruturais no produto e emprego no Brasil: 1950-85.** São Paulo, USP. (Tese de Livre Docência). (mimeo).
- ___ (1988b). **Notas sobre o uso impreciso do conceito setor informal na literatura especializada brasileira sobre mercado de trabalho.** (s.n.t.). (mimeo).
- ___ (1984). Relações entre desemprego aberto, subemprego e setor informal em uma economia industrializada intermediária ao longo do ciclo econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 12., São Paulo. **Anais...** São Paulo, ANPEC, p. 937-967.
- CASIMIRO, Liana Maria Carleial de (1986). **Acumulação capitalista, emprego e crise: um estudo de caso.** São Paulo, IPE/USP.
- ___ (1985). Divisão social do trabalho, crise econômica e pauperização: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 13., Vitória. **Anais ...** Vitória, ANPEC. p. 519-543.
- FARIA, Vilmar (1986). Mudanças na composição emprego estrutura. In: BACHA, Edmar & KLEIN, Herbert S., org. **A transição incompleta: Brasil desde 1945.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 75-109.
- INDICADORES IBGE (1986). Rio de Janeiro, IBGE, v. 5, n.1, jan.
- INFANTE, Ricardo (1985). Brasil: características estruturais dos mercados de trabalho urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 13., Vitória. **Anais ...** Vitória, ANPEC, p. 399-430.
- JORGE, Angela F. et alii (1983). **Análise crítica dos principais indicadores de emprego e desemprego no Brasil: PME.** Notas para uma discussão. Curitiba. (mimeo).
- METROPLAN (1988). **Região Metropolitana de Porto Alegre: informações e análise.** Porto Alegre, FEE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981-85: Regiões Metropolitanas (1983/86). Rio de Janeiro, IBGE.

SABÓIA, João (1988). Considerações sobre a noção de integração do mercado de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16., Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte, ANPEC, p. 401-420.

— (1986). Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 6(3):82-106, jul./set.

SERRA, José (1984). A crise econômica e o flagelo do desemprego. **Revista de Economia Política**, São Paulo, 4(4):5-25, out./dez.

— (1982), Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata, org. **Desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaios sobre a crise**. São Paulo, Brasiliense.

SINGER, Paul (1979). **Economia política do trabalho**. São Paulo, Hucitec.

SOUZA, Paulo Renato (1981a). **A questão do desemprego**. São Paulo. (mimeo).

— (1981b). Emprego e renda na "pequena produção" urbana no Brasil. **Estudos econômicos**, São Paulo, 11(1):57-82.

TROYANO, A.A. et alii (1984). O emprego: dimensões da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 4., São Paulo. **Anais ...** São Paulo.

VARGAS, Marco Antônio (1987). **O mercado informal de trabalho e o modelo brasileiro de crescimento**. Porto Alegre. (mimeo).